



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.11, nº 02, jul-dez 2017, ISSN 1414-0810

Percepção dos atores locais sobre a cultura do dendê na agricultura familiar na Amazônia oriental brasileira

Perception of the local actors about the palm (dendê) culture in the family agriculture in the eastern brazilian amazon

Marc Piraux (Doutor, geógrafo, CIRAD - UMR Tetis Montpellier/Universidade Federal do Pará - UFPA) marc.piriaux@cirad.fr; Julien Rapiou (Agrônomo, ISARA-Lyon) julienrapiou@hotmail.com; Eva Timone (Antropóloga AgroParisTech - Paris) evatimone@gmail.com

Resumo

A Amazônia Oriental brasileira vive hoje uma importante expansão do dendê nos sistemas agrícolas familiares graças a contratos firmados com empresas privadas e a consideráveis ajudas governamentais. Para compreender os impactos da introdução da dendeicultura, foram feitas pesquisas com atores locais e unidades agrícolas familiares sob contrato com a agroindústria Agropalma. Essas pesquisas permitiram caracterizar as importantes transformações dos sistemas de produção e identificar as percepções diferenciadas dos problemas entre atores locais e agricultores. Também mostraram que a expressão dos conflitos depende dos contextos sociopolíticos locais.

Palavras-chave

Dendê. Agricultura familiar. Contrato. Conflito. Amazônia. Pará.

Abstract

The eastern Brazilian Amazon lives today a major expansion of oil palm in family agricultural systems through contracts firmed with private companies and considerable government aids. To understand the impacts of the introduction of the oil palm culture, we do researches with local actors and family agricultural units under contract to the agribusiness Agropalma. These studies allowed the characterization of the major changes of the production systems, and identified the different perceptions of the problems between local actors and farmers. They also showed that the expression of the conflicts depends on the local socio-political contexts.

Keywords

Oil Palm; family farming; contract agreement; conflict; Amazon;Pará.

1. Introdução

Na Amazônia brasileira, desde alguns anos, novos programas de apoio foram desenvolvidos para os agricultores familiares para integrar a cultura de dendê (*Elaeis guianensis* Jacq.) nos sistemas de produção. O estado do Pará é o maior produtor de óleo de dendê com 140.000 ha em 2013 (Homma; Menezes; Monteiro, 2013). Agroindústrias estão instaladas há muito tempo na região. Na Amazônia, o potencial de produção do dendê é considerável, pois 31,8 milhões de hectares apresentam, em 2008, um bom potencial para o cultivo, quando se somam às áreas antropizadas que respeitam as restrições legais e ambientais (Becker, 2010). O Governo brasileiro incentiva desde 2004, a produção por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e do Selo Combustível Social (SCS). Esse selo garante que 10% da produção de óleo das agroindústrias provém do processamento de regimes oriundos da Agricultura Familiar (AF). Implantado para diversificar a matriz energética demasiadamente dependente da soja, o óleo de dendê, todavia, só representa 0,5% da produção nacional de agrocombustíveis em 2014 e provém unicamente do Sudeste e do Nordeste do país e, portanto, não da Amazônia (ANP, 2015).

Desde 2004, novos programas de apoio visaram especificamente os agricultores familiares para incentivar o cultivo. O Programa de Produção Sustentável de dendê (“Palma Verde”) de 2010 definiu, entre outras, uma linha de crédito (Pronaf Eco Dendê) específica para as culturas de dendê. Os créditos são concedidos mediante contratos de produção tripartites que ligam os agricultores familiares a um banco público e às agroindústrias. Em 2012 e 2013, esses créditos chegaram, respectivamente, a 34,4 e 45,3 milhões de reais no Pará (Homma; Menezes; Monteiro, 2014), o que corresponde a 508 contratos para uma área de 5.000 ha em 2012 e 662 contratos para 6.520 ha em 2013. Os beneficiários do crédito para plantação são agricultores familiares, definidos, de acordo com a lei federal de 2006, como agricultores que satisfazem aos seguintes critérios: i) explorar uma área inferior a quatro módulos fiscais (para o município de Moju, um módulo fiscal equivale a 25 ha); ii) utilizar predominantemente mão de obra familiar; iii) ter renda originada essencialmente da agricultura; iv) gerir o estabelecimento com a família. Evidentemente, essa definição encerra uma enorme diversidade (COSTA, 2009) à qual não voltaremos aqui.

As reações sociais à expansão do dendê são diversas. De um lado, as instituições políticas e públicas, inclusive a pesquisa agrônômica, e as empresas produtoras de óleo, louvam-lhe os méritos. Segundo elas, as plantações aumentam significativamente a renda dos AF e têm pouco impacto no meio ambiente, pois são feitas em zonas já desmatadas. Do outro lado, inúmeras críticas emanam de atores da sociedade civil (Repórter Brasil, 2008, 2010), aos quais se juntam alguns pesquisadores. Assim, Backhouse (2013) afirma que o Estado, por meio das políticas públicas, dos arranjos produtivos e financeiros e dos instrumentos legislativos específicos, concorreu para um processo de apropriação de terras no Pará, também denominado *green grabbing* (Fairhead; Leach; Scoones, 2012), processo, todavia, mais “pacífico” do que nos anos 80. De acordo com o novo Código Florestal, o dendê pode reflorestar as áreas de preservação permanente no entorno de rios. O novo Código Florestal impõe o CAR (Cadastro Ambiental Rural) como instrumento de regularização fundiária. Tudo é sustentado por um discurso sobre a inclusão social e a sustentabilidade para legitimar a expansão do dendê e obter o apoio da opinião pública. Outros estudos vão mais longe. Repórter Brasil (2013) conclui, por exemplo, que o dendê assina o fim da AF, tão grandes são as transformações dos sistemas agrícolas e sociais provocadas por essa cultura. Repórter Brasil (2013) também menciona os graves problemas de natureza diversa (ambiental, de dependência em relação às empresas, de violência) e os conflitos que estão associados à dendeicultura. Pelo

contrário, esse relatório é muito criticado pelas empresas e por alguns pesquisadores.

Desejamos contribuir para esse debate caracterizando as percepções que os diferentes atores têm da cultura do dendê no âmbito local e compreender, se for o caso, como surgem aí os conflitos. Duas hipóteses estruturam nosso raciocínio. A primeira é que existe uma grande diversidade de representações entre os atores locais (agricultores, responsáveis sindicais ou políticos, representantes das empresas) sobre o impacto da cultura. A segunda é que os contextos sociopolíticos locais explicam a estruturação dos conflitos no âmbito municipal.

Em um primeiro momento, retomamos os materiais e métodos utilizados. Em seguida, apresentamos os resultados econômicos e os relativos ao tempo de trabalho obtidos nas unidades de produção agrícola, a fim de identificar suas transformações. Esses resultados permitirão compreender melhor os resultados que dizem respeito aos problemas e aos conflitos.

2. Material e método

Para bem contextualizar o estudo, procuramos caracterizar as transformações dos sistemas de produção agrícola analisando as unidades familiares cujos dendezaís já estão em fase de produção. Seleccionamos, então, o projeto experimental desenvolvido em 2002 pela agroempresa Agropalma. Esse projeto envolvia 185 famílias e 1.746 ha. Três projetos foram selecionados. Os projetos 1 e 3¹ iniciaram com 10 ha de plantio, respectivamente em 2002 e em 2005 (logo, em produção há 8 e 5 anos em 2013, ano de realização do estudo) nas comunidades rurais de Arauaí, no município de Moju, a 150 km de Belém. As parcelas dos cultivos intercalares como dendê de óleo são todas homogêneas, pois só têm um ano de plantação. Trata-se de uma área da reforma fundiária do estado do Pará, cujas terras pertencem a uma associação de agricultores familiares, criada quando da implantação do projeto. Alguns deles já estavam presentes nas terras, outros foram aí instalados. Antes, para 87% dos agricultores atuais, a agricultura de coivara à base de mandioca, de milho e de arroz constituía a maior parte da renda (Homma; Menezes; Monteiro, 2014). Somente 10% dos primeiros agricultores instalados desistiram, e a agroindústria substituiu-os por outros. Hoje 42% dos agricultores dispõem de 10 a 20 ha de terras e 26%, de 20 a 40 ha; 80% deles são beneficiários de programas de transferência de renda, recebendo ou a aposentadoria rural, ou o Bolsa Família. Seu nível de formação é fraco, 23% são analfabetos. Quanto ao projeto 4, teve início em 2006 com 41 agricultores em uma área da reforma agrária, “Calmária II”, tendo sido implantado pelas autoridades federais. O projeto abrangia 6 ha de dendezeiros inseridos em lotes familiares de 25 ha reservados a sistemas tradicionais, orientados para a produção de mandioca, milho, arroz, alguns com 1 ou 2 cabeças de gado por família. A mandioca constituía o principal cultivo e fonte de renda. O recurso à mão de obra assalariada era pouco importante. Hoje a metade dos agricultores tem acesso a programas de transferência de renda.

Nossos métodos privilegiaram pesquisas aprofundadas, que visaram os resultados econômicos (as informações fornecidas pelos agricultores foram confrontadas com as dos contracheques dos agricultores), as agendas de trabalho e as percepções dos agricultores. Para 48 dos agricultores contatados, foi possível estabelecer os balanços econômicos: 19 agricultores para os projetos 1 e 4 e 10, para o projeto 2. Foram entrevistados 10 agricultores pertencentes a outras comunidades para caracterizar as agendas de trabalho na fase juvenil dos plantios.

¹ Adotamos aqui a numeração oficial da empresa.

No que diz respeito aos aspectos sociais e territoriais, o estudo concentrou-se em três municípios: Tailândia, Moju e Concórdia do Pará. Com efeito, esses municípios apresentam uma diversidade de situações sociopolíticas interessantes para compreender a eventual expressão de conflito. Os níveis de organização dos sindicatos agrícolas, os jogos de poder no interior desses sindicatos e as estratégias de alianças são, efetivamente, muito diferentes nos três municípios. Nesse caso, aproximadamente vinte entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os responsáveis políticos, líderes sindicais, responsáveis de cooperativas e especialistas de cada um desses municípios.

É em Moju, cabe lembrar, que estão situadas as comunidades estudadas, e é em Tailândia que estão localizadas a sede e as principais unidades da empresa Agropalma. Em 2013, nos três municípios, o número de agricultores familiares que plantaram o dendê era, respectivamente, 200 em Tailândia, 115 em Moju e 14 em Concórdia (Homma; Menezes; Monteiro, 2014), o que representa 91,0%, 3,4% e 1,6% do total das unidades agrícolas desses municípios e 90,9%, 3,4% e 1,6% das áreas ocupadas pela AF. Quanto à população rural, é estimada, em 2010, em 20 584, 44 856 e 13 128 habitantes.

A Tabela 1 sintetiza a cobertura do solo para os 3 municípios em 2008. Concórdia e o norte de Moju apresentam a mesma situação, a de uma zona de colonização antiga, típica da Amazônia dos rios, com predomínio de produção de mandioca. O sul de Moju e o de Tailândia, ao contrário, são representativos das zonas da Amazônia das estradas e têm uma colonização mais recente. Isso explica a existência de áreas com uma cobertura florestal maior nos dois municípios e o pequeno número de agricultores familiares em Tailândia.

	<i>Agricultura anual</i>	<i>Agricultura familiar</i>	<i>Floresta</i>	<i>Pastos</i>	<i>Vegetação secundária</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>
Km²							
Moju	152	604	4915	1177	1770	478	9096
Tailândia	226	113	2344	980	622	148	4433
Concórdia	0	229	86	193	175	8	691
Em %							
Moju	1,7	6,6	54,0	12,9	19,5	5,3	100,0
Tailândia	5,1	2,5	52,9	22,1	14,0	3,3	100,0
Concórdia	0,0	33,1	12,4	27,9	25,3	1,2	100,0

Tabela 1. Caracterização da cobertura dos solos dos 3 municípios em 2008 em km² e em porcentagem (INPE, 2010).

3. As especificidades contratuais da produção

Os beneficiários do crédito para a plantação são agricultores familiares. O crédito máximo atualmente concedido é 80.000 reais, ou seja, 30.000 euros, com um teto de 8.000 reais por hectare cultivado. Seu valor global era de 54.000 reais em 2011, data dos primeiros contratos. Esse aumento está ligado ao aumento dos custos de mecanização (para a preparação do plantio) e dos insumos. O reembolso estende-se por 14 anos, com uma taxa de juros de 2%. O crédito serve para pagar o conjunto das despesas de implantação da palma durante os três primeiros anos improdutivos. O agricultor recebe uma remuneração a cada 2 meses, se o técnico da agroindústria homologar a realização dos trabalhos. Para ser selecionado, o agricultor deve dispor de pelo menos 25 ha e não pode plantar mais de 10, para dispor da área e do tempo necessários ao desenvolvimento de outras culturas.

Para implementar esses créditos, contratos formalizam as relações entre a agroindústria, um banco público e o agricultor. Esses arranjos, que Vermeulen e Goad (2006) definem como um esquema de *supported smallholders*, são comuns na Indonésia (*nucleus-plasma* (PIR)) e na Malásia (RISDA, FELCRA). O Brasil inspirou-se, aliás, fortemente nessas experiências. Uma cláusula estipula que o agricultor é obrigado a recorrer ao transporte da agroindústria e a vender a totalidade da produção à agroindústria, que, por sua vez, deve comprá-la em sua integralidade. A agroindústria assegura, por intermédio de empresas subcontratadas, o preparo do plantio e a colheita no campo, além de fornecer o material vegetal, os insumos e a assistência técnica durante os 25 anos do contrato. Todo mês, os ganhos, calculados proporcionalmente à quantidade entregue e subtraídas as despesas da empresa e do crédito bancário, são pagos diretamente em uma conta bancária em nome do agricultor. Nos projetos 1 e 3, em 2014, a contratação da mão de obra fez-se obrigatoriamente em uma empresa privada, que formaliza, assim, os empregos assalariados.

4. Uma evolução importante dos sistemas de produção e o desempenho muito desigual entre agricultores

A fim de compreender bem as transformações em curso, apresentamos os resultados econômicos e os dos tempos de trabalho dos sistemas de produção estudados. A Tabela 2 apresenta as médias das receitas, dos encargos e dos rendimentos obtidos em 2012 para os 3 projetos estudados.

	<i>Ha dendê</i>	<i>Tonela gem annual/ ha</i>	<i>Marge m bruta /ha dendê</i>	<i>Número assalaria dos (tempo integral)</i>	<i>Renda mensal para o dendê</i>	<i>Transferên cias sociais/ família</i>	<i>Renda Agrícola mensal /família</i>	<i>Renda mensal total (reais)</i>
Projeto 1 2002	10	19,5	2389	0,65	1838	312	1932	2244
Projeto 3 2005	10	15,7	975	0,69	750	305	882	1187
Projeto 4 2006	6	17,3	1875	0,15	865	280	908	1188

Tabela 2. Resultados econômicos para 48 estabelecimentos agrícolas em 2012 com o dendê.

Os resultados mostram que os dendezaís representam perto de 75% da renda média total dos agricultores. Antes de sua implantação, eles estimavam obter uma renda mensal média de 340 reais, ou aproximadamente a metade de um salário mínimo. Essa renda é multiplicada por 3 ou por mais de 6 de acordo com os projetos. Os rendimentos mais elevados são obtidos no projeto 1, pois os dendezaís estão em plena produtividade e o empréstimo bancário já foi quitado. De acordo com as informações fornecidas pelas empresas, a renda média das mesmas unidades atingiam mais de 2.000 reais (Rapiau, 2013), o que se mostra perto dos dados obtidos para o projeto 1, em que os dendezaís estão em plena produtividade. O rendimento por ativo agrícola nos projetos 3 e 4 é semelhante e só ligeiramente superior ao salário mínimo, com 4 ha a menos de dendê, porém, para o projeto 4. Isso resulta de rendimentos mais elevados e de uma maior valorização da mão de obra

familiar, que limita o recurso aos trabalhadores assalariados necessários aos trabalhos de colheita. Outros resultados mostraram que as diferenças obtidas no próprio interior dos projetos são muito significativas, principalmente em razão da variabilidade dos rendimentos, que vão, por exemplo, do simples ao dobro (de 12,3 t a 23,5 t/ha) no projeto 4. Assim, a renda obtida é às vezes inferior à metade do salário mínimo.

A viabilidade econômica do dendê é, portanto, relativa. Depende de inúmeras condições (pedoclimáticas, não respeito das normas técnicas, qualidade das práticas, gestão da mão de obra, nível de motivação...) que alguns agricultores não conseguem cumprir. A forte especialização dos sistemas reforça igualmente os riscos econômicos, ligados à flutuação dos preços dos mercados mundiais e às possíveis perdas de produção devido a doenças. Uma análise mostrou, por exemplo, que, em caso de queda de 25% do preço da tonelada, a renda despenca de 30 a 50%. Isso bastaria para que inúmeros agricultores familiares passassem para abaixo do salário mínimo brasileiro.

As mudanças no pagamento da mão de obra familiar e a contratação de trabalhadores revelam também uma profunda evolução. Durante os três anos de implantação da palma, as famílias reduzem fortemente, se não eliminam, as culturas alimentares para limitar a mão de obra externa e compram seus produtos alimentícios, pois a carga de trabalho é muito pesada, sobretudo por causa das frequentes limpezas manuais do solo. Ao contrário, na fase de produção, as agendas de trabalho anuais mostram que os agricultores dispõem do tempo necessário à prática de culturas alimentares. Contudo, no projeto 4, somente 21% não diminuíram as áreas de culturas alimentares, 53% reduziram-nas a fim de garantir o autoconsumo e 26% eliminaram totalmente essas áreas. Nos projetos 1 e 3, esses números são 7%, 36% e 57%, respectivamente. Os que suspenderam totalmente as culturas alimentares consideram que sua produtividade de trabalho é demasiadamente fraca.

Essa análise permite-nos relativizar ou validar certas representações dos atores, representações que analisamos agora.

5. Diferentes representações dos problemas ligados à cultura do dendê

As pesquisas realizadas nos três municípios estudados revelaram opiniões e percepções diferentes dos problemas entre os atores locais, principalmente entre agricultores, responsáveis locais e o representante da empresa Agropalma. Esses problemas resultam diretamente da presença e do desenvolvimento dos plantios industriais nas comunidades rurais ou em seu entorno.

O primeiro problema citado pelos atores locais é a dependência em relação à empresa, ao banco ou ao mercado internacional. A perda de autonomia na tomada de decisão dos agricultores e sua dependência em relação às agroindústrias são, aliás, muitas vezes evidenciadas na literatura (Droulers *et al.*, 2010; Repórter Brasil, 2008). Essa dependência está ligada, de acordo com todos os responsáveis políticos e sindicais das comunidades e dos municípios, à duração do contrato – 25 anos. Algumas falas atestam isso: “assinar um contrato de 25 anos com uma empresa não é mais ser agricultor familiar” (palavras de um responsável político municipal); “é ficar completamente prisioneiro durante 25 anos” (um sindicalista); “é pior do que um casamento, pois no casamento a separação é possível, com esse contrato, não” (um secretário municipal). Pelos termos desse contrato, eles consideram que os agricultores familiares perdem a autonomia de seus meios de produção. A análise das diferentes cláusulas do contrato mostra, com efeito, que a empresa controla o conjunto dos fatores de produção e inclui um livre acesso ao terreno do agricultor. A empresa orienta e define as práticas agrícolas. A terceirização da mão de obras, as grandes demandas de insumos e o aumento da

mecanização (necessária para a implantação dos dendezeiros) ampliam sua dependência do material e dos serviços externos. A relação fortemente assimétrica entre a empresa e o agricultor é salientada, qualificada pelo conjunto dos sindicatos dos municípios como uma relação de dominação das empresas. A metade dos responsáveis dos municípios afirma que o agricultor está desapossado de seus meios de produção. Assim, o presidente de uma cooperativa afirma que “não é mais a terra do agricultor, é a terra da empresa! O agricultor tornou-se simplesmente um trabalhador para a empresa”. Se essa perda de autonomia é destacada pelos responsáveis locais, ela é, ao contrário, pouco apontada e, portanto, pouco sentida pelos agricultores.

O acúmulo de uma dívida junto à empresa constitui um outro elemento de dependência. Com efeito, a empresa deduz todo mês (por intermédio do banco) 25% da receita dos agricultores para o reembolso dos insumos e do material fornecido. Ora, esse valor é insuficiente para cobrir as despesas reais. Uma dívida média estimada em aproximadamente 2.800 reais por ano acumula-se assim de ano em ano. Ela é, aliás, estipulada no contracheque dos agricultores, mas nenhum deles tinha consciência disso. Essa dívida não foi levada em conta em nossos balanços financeiros, que são concentrados nos rendimentos monetários. É preciso, todavia, considerar o fato de que ela poderia reduzir-se com o aumento previsto da produção. A questão do pagamento dessa dívida pode, entretanto, ser suscitada no final do ciclo da produção. Alguns responsáveis locais – 30% das pessoas entrevistadas – afirmam que isso será um meio de pressão das empresas para incentivar os produtores a renovar o contrato.

A dependência em relação aos bancos é salientada pelos responsáveis locais (80% deles). Está ligada, segundo eles, ao valor total do empréstimo concedido aos agricultores para ajudar a implantação dos dendezeiros, que se elevou pouco a pouco entre 2002 e 2013. Esse valor passou de 18.000 a 80.000 reais para dar conta do aumento dos custos dos insumos e permitir uma maior mecanização. O prazo de reembolso tende então a estender-se, de 10 para 12 anos hoje. Novamente essa dependência não é destacada pelos agricultores. Com efeito, sua reação é antes positiva, pois o banco libera o empréstimo em vários pagamentos em três anos (mesmo se atrasos frequentes são evocados), depois fornece os montantes mensais das colheitas aos agricultores. Esse sistema é vantajoso para os agricultores, pois eles dispõem, em sua opinião, de uma fonte de tesouraria mensal. Podem também contrair outros empréstimos para a compra de bens de consumo.

Enfim, a comercialização do dendê é baseada na bolsa de Amsterdam, o que torna os agricultores diretamente dependentes das oscilações de preço no mercado mundial. Os responsáveis das empresas tranquilizam fortemente os atores sobre esse ponto, fazendo referência a uma demanda crescente do dendê no setor alimentar e dos agrocombustíveis no mercado mundial. Assim, essa dependência não é reconhecida pelos agricultores, enquanto todos os responsáveis políticos e sindicais veem aí um sinal de inquietação, evocando, aliás, a história do Brasil: “vai acabar mal para o agricultor familiar, como aconteceu com a pimenta, o cacau, o coco..., temos experiência de projetos de agricultura patronal aplicados à AF que nunca funcionaram” (líder sindical).

Afora esse problema de dependência, um segundo problema levantado é o da perda da soberania alimentar. Como observamos, a implantação do dendê na AF reduz as áreas de culturas alimentares, mas as estratégias são diferenciadas segundo os agricultores. Ressaltamos anteriormente a disponibilidade em tempo de trabalho para as culturas alimentícias, quando o dendê entra na fase de produção. Apesar de tudo, alguns agricultores que pararam completamente sua produção alimentar (tratava-se, lembramos, de 26% de nossa amostra, enquanto 53% reduziram essa produção tendo em vista garantir um

autoconsumo) reivindicam claramente um outro modo de vida, baseado antes de tudo na compra dos gêneros alimentícios básicos. Essa perda da soberania alimentar dos agricultores inquieta grandemente todos os líderes sindicais e maioria dos responsáveis políticos. Todos, com exceção do representante da empresa e de um secretário da agricultura, pensam, com efeito, que a implantação do dendê diminuiu a produção das culturas alimentares, 50% dos agricultores confirmam esse pensamento (em nossa amostra, lembramos, essas afirmações são confirmadas). Os responsáveis locais acusam as empresas de procurar unicamente aumentar a produção de dendê sem pensar em integrá-la a um sistema diversificado. Já o responsável por uma cooperativa imputa à cultura a nítida diminuição de matérias-primas, como as frutas, que compromete seu funcionamento. O secretário da agricultura de um dos municípios afirma também que a prefeitura inicialmente apoiou o projeto de implantação dos dendezeiros entre os agricultores familiares, pois a empresa havia assegurado que daria uma ajuda aos agricultores para as outras produções: “o dendê estava lá para aumentar a renda, não para que essa renda viesse somente dele, era para melhorar a AF, não para pará-la”. A recente autorização da empresa para a adoção de culturas intercalares nos três primeiros anos atesta, todavia, uma mudança favorável.

O terceiro problema evocado é de ordem ambiental. Está ligado à poluição dos cursos de água por causa da utilização maciça de pesticidas, em particular do herbicida glifosato. Essa constatação é unânime entre os atores entrevistados, com exceção do representante da empresa. Todavia, ainda não foi feita nenhuma avaliação precisa. Pesquisadores do Observatório dos Biocombustíveis (Repórter Brasil, 2013) afirmam, porém, que a questão é preocupante. De acordo com esse relatório, em certas comunidades rurais, esses problemas levaram à restrição do uso dos cursos de água poluídos que cortam as plantações da empresa, embora ocupem um lugar importante no modo de vida das populações. Essa poluição também tem consequências na saúde das populações, provocando sobretudo doenças dermatológicas infantis, fatos relatados por 6 pessoas entrevistadas. Nesse nível, os procuradores federais e do estado do Pará já emitiram recomendações conjuntas ao Secretário de Estado do Meio Ambiente quanto à necessidade de controle das empresas no que diz respeito ao cumprimento das normas ambientais. As pragas que atacam as culturas alimentares dos agricultores são igualmente incriminadas (40% dos atores locais levantam esse problema), pois são desalojadas pelos inseticidas utilizados nas culturas. Notemos que o problema do desmatamento não é citado pelos atores entrevistados. De fato, a implantação do dendê é realizada em zonas que já têm culturas ou em zonas degradadas.

Um quarto problema citado pelos atores locais está ligado à compra de terras pelas empresas, o que provoca um êxodo rural para as zonas urbanas dos municípios (TIMONE-MARTINEZ, 2013). Todos os responsáveis locais contatados nos três municípios apontam esse problema, com exceção do representante da empresa. Essas compras de terra são, aliás, confirmadas pela literatura (Nahum; SANTOS, 2013; Repórter Brasil, 2008), mas é difícil estimar sua importância. As terras adquiridas provêm de estabelecimentos individuais que possuem um título fundiário (antigo ou adquirido mais recentemente, como o CAR). As compras de terra devem-se, segundo os atores entrevistados, ao abandono de plantações por agricultores familiares ou ao fato de jovens, que preferem trabalhar na cidade, venderem a terra de seus pais. Quando vendem, os agricultores deixam suas terras e vão para a cidade ou para o centro da comunidade mais próxima. Tornam-se, então, às vezes, mão de obra permanente ou temporária da empresa. Ressalte-se que quatro pessoas (das 19 entrevistadas) afirmaram que compradores externos adquirem também várias pequenas propriedades para revendê-las às empresas.

O quinto problema citado pelo conjunto dos atores locais, tanto pelos representantes da

prefeitura quanto pelos sindicatos e pelos agricultores, é o da violência no meio rural, fator também confirmado pela literatura (Nahum; Santos, 2013; Repórter Brasil, 2010). A violência é a consequência do êxodo rural que gera uma concentração de população nas zonas urbanas dos municípios ou das “agrovilas” construídas pelas empresas. Também é o resultado da importante imigração de trabalhadores rurais que vêm de diferentes estados do Brasil para trabalhar nas empresas de dendê. Em decorrência disso, a prostituição e o uso de droga crescem enormemente, o que é acompanhado de um aumento dos roubos e da violência nas regiões rurais vizinhas. Diz um líder sindical de Moju: “os trabalhadores chegam à cidade, sem formação, fazem um trabalho de escravo, vão para os bairros periféricos sem infraestrutura e consomem droga, e os filhos tornam-se ladrões”.

Um último problema mencionado por todos os atores locais (salvo o representante da empresa) é a fragilização da vida comunitária. Os agricultores familiares das comunidades estudadas relatam o desaparecimento da vida comunitária, consequência de um aumento da individualização dos comportamentos. Os momentos de ajuda mútua durante os trabalhos agrícolas, comuns nas comunidades tradicionais, existem às vezes para a plantação das mudas de dendê, mas se limitam a essa prática. Além disso, de acordo com os agricultores, reforça-se uma fratura social entre os plantadores de dendê e os outros. Os primeiros consideram os refratários como pessoas que não querem trabalhar e modernizar-se. Os segundos não consideram mais os plantadores de dendê como agricultores familiares e acusam-nos de uma perda dos valores tradicionais e de um forte desinteresse pelos movimentos sociais.

6. Conflitos diferenciados segundo os municípios

Os problemas que acabamos de enumerar traduzem-se, às vezes, em conflitos que são de duas naturezas: conflitos de uso e conflitos de ordem ideológica. Os conflitos de uso entre agricultores familiares que vivem na borda dos plantios industriais definem-se como a superposição territorial de interesses contraditórios (Torre *et al.*, 2010). Estão diretamente ligados, ou a uma competição pela utilização do espaço para a AF *versus* utilização do espaço para o dendê, ou à emissão e à recepção de externalidades negativas (Torre; caron, 2010), como a poluição dos cursos de água. Os conflitos de ordem ideológica são de natureza mais global. Dizem respeito às escolhas de desenvolvimento, ao uso da terra e à partilha dos recursos entre os diferentes atores. Opõem visões de mundo diferentes.

O nível de expressão desses conflitos difere de acordo com os contextos locais e, portanto, de acordo com os três municípios: poucos conflitos em Tailândia, conflitos anônimos em Moju e conflitos importantes e abertos em Concórdia do Pará. Essas diferenças devem-se ao nível de organização dos agricultores e dos sindicatos agrícolas, aos jogos de poder e às estratégias de alianças.

Poucos conflitos em Tailândia

Tailândia dispõe de uma forte coesão entre as instituições que organizam a AF: a prefeitura, o sindicato e a cooperativa. Mas aproximadamente 80% dos membros do sindicato agrícola são trabalhadores agrícolas a serviço da empresa Agropalma. Consequentemente, é muito difícil constituir-se como um contrapoder. Nenhuma posição oficial é, portanto, tomada pelo sindicato: “o dendê para a agricultura é nova aqui, e a questão de saber se se deve incentivá-la ou não ainda não foi resolvida, [...] o sindicato não tem ainda uma opinião sobre essa questão” (secretário-geral do sindicato). Essa reação

explica-se também pela fraquíssima organização dos agricultores. O secretário-geral do sindicato ressalta, com efeito, a ausência de associação local de agricultores, que constitui a base do movimento sindical, sendo que as únicas existentes são as ligadas aos projetos da Agropalma. A fraqueza dessa organização resulta da recente ocupação do município, característica de zonas de frente pioneira.

Tensões existem, por outro lado, entre a prefeitura e a empresa. O discurso do secretário é muito crítico, explicando que ele não tem acesso aos contratos assinados entre os agricultores e a empresa e que a empresa recusa-se sistematicamente a recebê-lo. Todavia, isso não se traduz em conflitos abertos.

Conflitos anônimos em Moju

No caso do município de Moju, a desorganização sindical e municipal impede a constituição de um grupo de interesse capaz de assumir uma posição ante a estratégia das empresas de dendê. O sindicato não tem posição claramente definida. Existe, contudo, um nítido desacordo de uma parte dos agricultores e uma divergência de ponto de vista no próprio interior do sindicato. Denúncias individuais e anônimas foram feitas sem que tenham levado a uma tomada de posição política. Como as reações são antes de tudo individuais, as pessoas temem denunciar publicamente os problemas de poluição. A Secretaria do Meio Ambiente enfatiza assim que “há muitas denúncias, mas somente sob forma informal, anônima e sem provas (como análises químicas das águas poluídas)”.

Conflitos abertos em Concórdia do Pará

O município de Concórdia do Pará vive, ao contrário, a expressão mais explícita de uma resistência à cultura de dendê na região. Nesse município, a organização sindical é boa e fortemente influenciada pelas associações *quilombolas* do município e pelas ONGs externas que se posicionam radicalmente contra a produção de dendezeiros e contra as empresas. A aliança entre essas instituições permitiu a criação de uma relação de força e a deflagração do conflito. Esse último expressa-se por denúncias oficiais de várias comunidades apoiadas pelos responsáveis políticos, por petições, por visitas regulares de controle nas empresas impostas pelo sindicato agrícola. Os líderes sindicais buscam antes de tudo a limitação da expansão dos dendezaís.

Inúmeros estudos sobre as comunidades *quilombolas* insistem no fato de que esses territórios são “produzidos e condicionados por um modo de vida imbricado em uma tomada de consciência de suas origens históricas e de pertencimento a um espaço construído por fugitivos ou escravos que ganharam sua liberdade” (TIMONE-MARTINEZ, 2013). Os indivíduos que pertencem a esses territórios fazem uma utilização coletiva da terra e das atividades agrícolas. Por isso, as mudanças socioespaciais impostas pelas empresas de palma são percebidas como ameaças às comunidades. Em Concórdia, o processo de resistência dessas comunidades traduziu-se por uma intensa luta pela titularização coletiva de terrenos, protegendo-as assim de uma entrada das empresas. O movimento *quilombola* foi, portanto, capital para o sindicato agrícola de Concórdia em sua oposição à implantação do dendê, como reconhece a presidente do sindicato: “Sim, em verdade, devemos reconhecer que o município não teve mais problemas com o dendê graças aos *quilombolas*. Eles criaram um movimento muito poderoso desde o início, bem antes que o sindicato se posicionasse. Foi realmente graças a eles que houve uma conservação das áreas agrícolas do município”. Com efeito, se a introdução do dendê tinha sido uma iniciativa do movimento social, que passou a opor-se a

essa cultura finalmente em 2009, as comunidades *quilombolas* já em 2004 eram contrárias ao dendê. Hoje a presidente do sindicato qualifica de “parceria” a relação estabelecida pelo sindicato com essas comunidades.

7. Conclusão

As representações muito diferentes quanto ao impacto da cultura de dendê entre agricultores e atores do desenvolvimento rural, quer sejam responsáveis sindicais, políticos ou representantes das empresas, traduzem uma falta de representação coletiva. Essa falta resulta da ausência de capacidade de negociação local e de mediadores, problema citado, aliás, em outras regiões do mundo (Clerc, 2012). Ora, o nível de educação dos agricultores é baixo, as capacidades das organizações sociais locais são fracas e a falta de debate coletivo, evidente. Essa última é amplamente reconhecida pelos sindicatos locais, embora um debate pudesse permitir avaliar coletivamente as vias de uma integração bem-sucedida do dendê às unidades familiares. Essas carências ressaltam também a inexistência de projetos territoriais estruturantes para assegurar uma complementaridade entre os plantios industriais e a AF em âmbito regional, um desafio já identificado em outras regiões do mundo (Barral, 2012). Experimentar e negociar essas perspectivas deveriam ser um elemento forte dos movimentos sociais da região. Um projeto construído, partilhado e apropriado pelos diferentes atores parece-nos, com efeito, a condição necessária para o reforço da AF. Pensar o território e seu futuro torna-se, nessas condições, primordial para contribuir para a emergência de estratégias territoriais de desenvolvimento rural adaptadas à manutenção e à promoção da AF. Ora, como as estratégias coletivas são limitadas, são antes de tudo, portanto, os contextos políticos locais e as estratégias de aliança em cada município que explicam o posicionamento dos responsáveis locais e a expressão dos conflitos.

É verdade que, com o dendê, a AF passou por importantes transformações, que se exprimem por diversos fatores: a considerável perda de autonomia, uma função econômica que predomina, a redução das áreas das culturas alimentares, a importância do emprego de mão de obra assalariada temporária e uma diminuição das práticas sociais coletivas. Para muitos atores locais, em geral responsáveis sindicais, essas transformações assemelham-se a uma mudança de condição, transformando os agricultores em trabalhadores agrícolas em sua própria terra, sem o salário mínimo ou as coberturas sociais. Todavia, a grande maioria dos agricultores familiares entrevistados considera a cultura muito atrativa, sobretudo pela renda que ela permite obter. Essa cultura permitiu a aquisição de bens materiais e de consumo, o que melhora consideravelmente sua qualidade de vida. Além da renda, o interesse pela cultura está ligado aos aportes monetários regulares que ela permite, à assistência técnica e à organização do setor que facilita a comercialização. Ora, esse três elementos constituem, em geral, pesadas limitações para a AF na Amazônia brasileira (Piroux *et al.*, 2014). A análise mostrou, entretanto, uma grande diversidade de situações e a fragilidade econômica de alguns agricultores; por isso, um acompanhamento mais individualizado deveria ser pensado.

Esse exemplo na Amazônia brasileira ilustra bem as transformações da AF sob contrato com empresas que lhes permite uma externalização dos riscos. Esse processo é comum no Brasil para a produção de aves, de porco, de uva, de tabaco e de eucalipto no Sul do país. Traduz a nova configuração do capital agrário na Amazônia, como, aliás, em outras regiões do mundo em que a palma está integrada à AF (Carrere, 2013). De fato, essas transformações da AF por grandes empresas constituem uma das formas de sua recomposição atual no mundo inteiro (Purseigle; Hervieu, 2009). Na região em estudo, várias

centenas de contratos foram e vão ser assinados. Sem capacidades locais melhoradas, pode-se legitimamente questionar as consequências dessa especialização regional.

Bibliografia

ALTMANN, R, **A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de agricultores**. Florianópolis: Ed. Pallotti, 1997, 132 p.

ANP (Agência nacional de Petróleo), 2015. **Boletim mensal do biodiesel**. Disponível em www.anp.gov.br, acesso em: 8 mar. 2015.

BACKHOUSE, Maria. A desapropriação sustentável da Amazônia. O caso de investimentos em dendê no Pará, in **Fair Fuels Working**, Paper 6, Berlin, 2013.

BARRAL, Stephanie. **Le nouvel esprit du capitalisme agraire**. 2012. thèse de doctorat en sociologie. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2012.

BECKER, Bertha K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confins** 10. 2010. URL :<http://confins.revues.org/6609> ; DOI : 10.4000/confins.6609.

CARRERE, Ricardo. Le palmier à huile en Afrique: le passé, le présent et le futur. **Mouvement Mondial pour les Forêts Tropicales**, n°15, 79 p. 2013.

COSTA Francisco de Assis. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro (RJ), 8 (1), p.35-86, janeiro/junho 2009.

CLERC Johanna. Négociation pour l'accès à la terre entre populations locales et société de plantation de palmiers à Kalimantan (Indonésie). **Cahier Agriculture**, 22 : p. 53-60. 2012.

DROULERS, Martine ; VENTURIERI, Adriano; MOURÃO, Moises; THALÊS, Marcelo; POCCARD, René. Le palmier à huile : un avenir pour l'Amazonie ? **Confins** n°10. 2010. Disponible sur : <http://confins.revues.org/6867> 22/.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, 39:2, 237-261. 2012. DOI: 10.1080/03066150.2012.671770.

HERVIEU, Bertrand. PURSEIGLE, François. Pour une sociologie des mondes agricoles dans la globalisation, *Études rurales* 2009/1, n° 183, p. 177-200.

HOMMA, Alfredo K O; MENEZES, Antonio J E A; MONTEIRO, Katia F G.. Integração Grande Empresa e Pequenos Produtores de Dendzeiro: O caso da Comunidade de Arauia. **Boletim de pesquisa e desenvolvimento** n° 92, Embrapa Amazônia oriental, Belem. 2014.

INDEXMUNDI, site <http://www.indexmundi.com/agriculture/>, consulté le 30 mars 2015.

MENGEL, Alex Alexandre; AQUINO, Silvia Lima. Integração produtiva na Agricultura familiar: um debate sobre perspectivas de desenvolvimento. **Anais** In: II Conferência do Desenvolvimento (IPEA), nº I., Brasília, p. 1-21, 2011.

NAHUM, João Santos; dos Santos C.B. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. **ACTA Geográfica**, 12, pp.63-80. 2013.

PIRAUX, Marc; CIALDELLA, Nathalie; POCCARD, René; ASSIS, William. O futuro incerto da AF na Amazônia Brasileira, um desafio para territórios e políticas públicas. IX Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial de DRS. Fortaleza, 18/11 a 21/11/2014. 2014

RAFFLEGEAU, Sylvain. Choix du précédent cultural dans les palmeraies villageoises au Cameroun, **dossier Agropolis**, p 24, 25. 2014

RAPIAU, Julien. **La culture du palmier à huile, facteur de transformation des systèmes agricoles familiaux en Amazonie orientale**. Maîtrise, ISARA, Lyon. 2013.

REPÓRTER BRASIL. **O Brasil dos Agrocombustíveis: os impactos das lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade**. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. Brasília, Brésil. 2008.

REPÓRTER BRASIL. **A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel**. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, disponible sur disponible sur : www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis, 2010.

TIMONE-MARTINEZ, Eva. La culture du palmier à huile en région amazonienne : entre acceptation, résignation et résistance. Maîtrise. AgroParisTech. Paris. 2013.

TORRE, André; CARON, Amélie. Réflexions sur les dimensions négatives de la proximité : le cas des conflits d'usage et de voisinage. **Economie et Institutions**, 6 et 7, p. 183-220. 2005

VERMEULEN, Sonja; GOAD, Nathalie. Towards better practice for smallholder palm oil production. Natural Ressource. **Issues Series** N°5. International Institute for Environment and Development. London, UK. 2006.

